

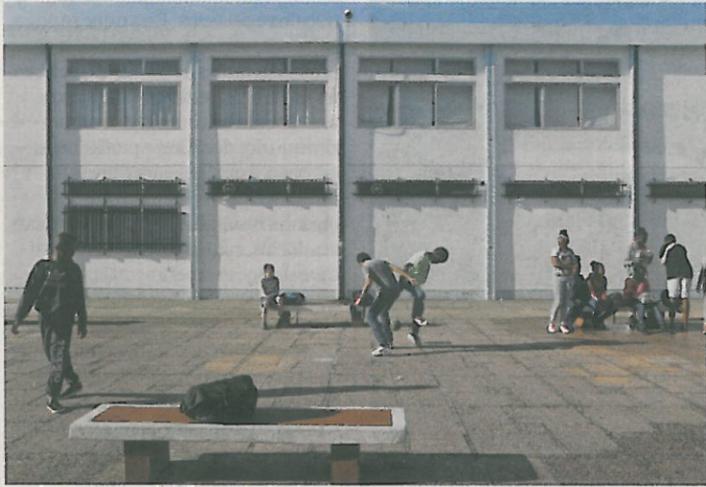
A Escola Pública entre Cila e Caríbdis

Manuel António Pereira

Abordar a questão da autonomia nas escolas é sempre um desafio bem estimulante. De facto cada vez acreditamos mais que muitos dos problemas da escola pública se poderiam resolver com mais espaço de intervenção por parte das escolas num quadro de maior confiança e mais autonomia. Muitas das decisões, hoje impostas pela administração, encontrariam outro espaço de intervenção, se aplicadas à luz das realidades que, nem sempre são comuns a cada escola ou a cada comunidade. Educar, mais do que nunca, é olhar e olhar implica sempre uma grande capacidade de diferenciação. É essa capacidade de diferenciação que nem sempre a administração consegue aplicar porque, de facto, é bem mais fácil generalizar do que diferenciar. Mais autonomia sempre permitirá ocupar espaços que, no limite, poderão ser resposta à crescente necessidade de tomar decisões que poderão oferecer a oportunidade de escolher o caminho na encruzilhada constante em que a educação se transformou.

A instabilidade e consequente intranquilidade que as sucessivas alterações na política e na legislação educativas têm vindo a provocar nas escolas são um problema que de tão transversal, torna incompreensível este impulso "revolucionário" de sucessivos governos. A estabilidade é o elemento necessário à consolidação de uma escola mais proactiva e mais fiável. É a condição fundamental para que todos os atores possam, de forma mais eficaz, encontrar o caminho do sucesso que a educação necessita e que a sociedade de hoje exige.

São várias as áreas onde a estabilidade é por demais necessária e onde alterações sucessivas mais não fazem do que funcionar como elementos de entropia constante. Uma delas é, naturalmente a questão da avaliação das aprendizagens. De facto avaliar é sempre um processo complexo que obriga à existência de regras conhecidas, intuitivas e claramente explicadas. Sim porque avaliar é sempre comparar e, comparar, não é mais que, à luz de objetivos claramente definidos, perceber quão perto ou distante nos encontramos. Avaliar em educação, e por maioria de razão, responde ao mesmo desafio. É preciso, permanentemente, avaliar para que os caminhos sejam os mais expeditos, os mais eficazes e os que, com maior segurança, garantam o sucesso dos atores.



Refiro-me, naturalmente, a todos os atores porque em educação não se avaliam só os alunos mas também os processos, as estratégias e os próprios professores. Alterar constantemente pressupostos em avaliação é contribuir para que a mesma deixe de merecer um olhar tão atento e definitivo e passe a ser olhada de forma mais sobranceira e questionável. Este pressuposto é tão mais verdadeiro quando acontece no decurso do ano letivo. E foi o que, realmente, aconteceu. Independentemente da bondade das decisões tomadas é certo que a introdução de novas regras neste cenário implicaram objetivamente grandes alterações em termos de adaptação, de planificação e de assimilação substantiva, com consequentes desequilíbrios que, de todo, não contribuem para a estabilidade seja ela educativa ou mesmo profissional.

É o que, de facto, está a acontecer. Alterações substanciais aos pressupostos sobre os quais se planificou e organizou o presente ano letivo, têm originado momentos de instabilidade objetiva que em nada estão a contribuir para a valorização da escola. Alterar as regras nas condições em que as mesmas foram alteradas, é também desrespeitar o trabalho sério e empenhado das escolas que, de facto, se limitam a fazê-las executar, independentemente de nelas não acreditar ou sequer concordar.

No atual contexto, por demais conhecido, optou-se por extinguir os exames do quarto ano e, a verdade é que do nosso ponto de vista e não esquecendo a necessidade de estabilidade nas regras e a fiabilidade dos métodos, talvez a opção se revista de aspetos positivos na medida em que se ofereceu às escolas a oportunidade de continuar a trabalhar todas as áreas das aprendizagens, ao contrário

“São várias as áreas onde a estabilidade é por demais necessária e onde alterações sucessivas mais não fazem do que funcionar como elementos de entropia constante. Uma delas é a questão da avaliação das aprendizagens

do que vinha a acontecer porque se investia essencialmente nas áreas objeto de exame nacional, língua portuguesa e matemática, numa clara subversão dos objetivos originais. O mesmo princípio até pode ser válido em relação à suspensão dos exames de sexto ano onde, de facto, vislumbra-se o caminho semelhante com claro prejuízo para o equilíbrio curricular e para o conveniente desenvolvimento dos alunos nas várias áreas de aprendizagem, âncora fundamental nos anos curriculares seguintes.

Concordamos que se reduza a insistente intenção de sujeitar a exames nacionais todas as matérias de aprendizagem até porque as escolas, elas próprias, fazem da avaliação um instrumento fundamental de trabalho e garantem de forma transversal que essas aprendizagens sejam aquilatadas e constantemente comparadas. A avaliação aferida é um caminho que todas as escolas, há muito, percorrem e com assinalável sucesso. O processo de aferição interna é sempre articulado entre os atores vários e sempre dis-

cutido e trabalhado nos respetivos departamentos de forma a garantir a máxima transparência e eficácia. Nesse sentido aceitamos que aferir seja norma e que avaliar seja obrigação.

A opção pela introdução de provas de aferição, de forma sistemática e a nível nacional, em anos até agora não aferidos, não nos assusta nem surpreende. Compreendemos as razões e não deixamos de, de alguma forma, as subscrever questionando embora, aqui e ali, algumas opções como as que se referem ao segundo ano de escolaridade. Compreendemos sim. Não compreendemos contudo porque não se aproveitou o ano letivo que decorre, para consolidar opções, discutir estratégias e ganhar parceiros. Porque não há mudanças em educação sem a participação solidária dos intervenientes diretos e, impor medidas sem as discutir ou garantir que estão assumidas e consolidadas, é sempre introduzir fatores de entropia e ineficácia ativa.

O Ministério percebeu isso e; numa clara tentativa de reduzir danos, optou por dar às escolas a oportunidade de optar pela não realização das provas de aferição no presente ano letivo desde que razões ponderosas, devidamente justificadas e comunicadas à tutela até ao final do mês de abril, fossem apresentadas. A intenção até pareceria saudável se não tivesse aqui sido introduzido um fator de desequilíbrio que, mais não conseguiu do que causar ainda mais situações de conflito latente nas escolas. De facto e avocando a autonomia tão solicitada pelas escolas, o senhor ministro tornou público que os diretores deveriam decidir, ouvindo os conselhos pedagógicos das escolas. A verdade é que a esmagadora maioria do corpo docente das escolas está liminarmente contra as alterações das regras no decurso do ano letivo. Não entende que se prepare e planifique um ano para depois ter que, no decurso do mesmo, fazer alterações de forma tão radical. Não entendem os professores nem os alunos nem os encarregados de educação.

Responsabilizar os diretores pela decisão e também pela utilização ou não dos resultados das provas de aferição como instrumento de intervenção pedagógica e estratégica na preparação do próximo ano letivo, é claramente criar espaço de desconforto dentro das escolas. Aferir é importante. Comparar é igualmente fundamental se quisermos conhecer, com algum rigor, o estado das aprendizagens. Temos dúvidas, contudo, e dadas as atuais

circunstâncias de indefinição e ativa oposição, se a realização das provas de aferição, já no início do próximo mês de junho, irá contribuir para o real conhecimento do estado dos anos a aferir. Há uma cultura instalada que não valoriza provas que não tenham efeitos práticos na avaliação dos alunos e, o ano que decorre, se de verdadeira transição, poderia contribuir para algumas mudanças nessa cultura. Tal não foi a opção e, todos esperamos, que dessa decisão não resultem danos futuros no verdadeiro espírito da aferição como caminho a seguir e estratégia a implementar.

As escolas públicas não se podem alhear das possíveis consequências. Fazer ou não fazer as provas de aferição, neste ano letivo, sim porque no futuro elas serão universais e obrigatórias, implica, em termos práticos, assumir ou não que dos resultados das mesmas se podem tirar consequências efetivas para a preparação do próximo ano letivo. Nenhum diretor, em consciência, pode afirmar que não porque, independentemente das condições em que as mesmas se vão realizar, é sempre possível fazer uma leitura consequente das indicações que da avaliação das mesmas vai resultar.

Estabilidade e confiabilidade são condições fundamentais para uma escola que se pretende moderna, proativa e responsável. Cada vez mais, são necessários instrumentos que lhe permitam dar resposta aos constantes e permanentes desafios de uma sociedade ultrassónica e em constante evolução. A escola precisa ser dinâmica, atenta e maleável o suficiente para acolher e dar resposta a todos os desafios de uma educação mais moderna e mais próxima das reais necessidades da sociedade do século XXI. Para isso precisa, também, que a estabilidade seja mais que um conceito e se torne uma realidade compreendida igualmente por quem tem obrigação de pensar a escola no seu todo e constantemente legisla, quantas vezes, sem razão aparente ou razão avaliada. De facto à escola pública compete, como estratégia de sobrevivência, navegar neste oceano de constantes incertezas, tentando sempre evitar, como na mitologia grega, os danos que tanto Cila como Caríbdis, constantemente lhe podem provocar.

*Manuel António Pereira é presidente Associação Nacional de Diretores Escolares (ANDE), diretor do Agrupamento de Escolas General Serpa Pinto, de Cinfães